

IGREJA E ESTADO NOVO: A RE-ELABORAÇÃO DA IDENTIDADE CONSERVADORA ATRAVÉS DO PENSAMENTO CATÓLICO NO RN 1937-1945

Gustavo Hiroshi Kitayama¹

Resumo:

Neste trabalho pretendemos apontar o desenvolvimento de ensaio que aborda as estratégias e os discursos desenvolvido no âmbito da Igreja Católica, durante o período do Estado Novo, no Rio Grande do Norte. Busca-se com isso levantar subsídios para se apontar a re-elaboração de uma identidade e de um pensamento conservador católico e suas influências na sociedade, no que acreditamos ser um caso paradigmático para compreender as forças atuantes na sociedade brasileira, na segunda metade do século XX, uma vez que no RN se vivenciaram situações limite (singulares), em especial o levante comunista de 1935, que ajudou a desenvolver fortes tensões, marcadas por respostas correspondentemente mais agudas.

O trabalho aqui desenvolvido tem como objeto de estudo a Igreja Católica e sua relação com o Estado Brasileiro, com a finalidade de analisar o discurso desta instituição religiosa no período referente ao Estado Novo (1937-1945), época em que a posição da Igreja Católica se contrapõe a suas idéias primitivas.

Nessa perspectiva é conveniente que se destaque que a Igreja Católica sempre manteve uma relação bastante próxima com o Estado, resultante de sua doutrina que determinava, como já orientava São Thomas de Aquino, uma relação indissolúvel entre o poder temporal e o poder espiritual que, através da união destas forças, forma um processo sinérgico que justificaria o binômio Igreja/Estado constituindo uma entidade una e indivisível.

As relações da Igreja Católica com o Estado datam da época da incorporação da doutrina cristã pelo Império Romano, assumindo o *status* de religião oficial. Desde então, toda a doutrina e política da Igreja juntamente com os poderes temporais se ajustaram a uma relação de simbiose, mutuamente benéfica, onde o Estado assumia a função de autoridade de fato e a Igreja um papel de atuante vigia da moral e dos costumes, servindo como verdadeira ordenadora da ordem social.

Com o estabelecimento do Tratado de Tordesilhas assinado em 1494 e referendado pela Santa Sé, a estrutura política e social então vigente na Península Ibérica foi transplantado para o Novo Mundo, com uma ação cada vez mais complementar entre a Igreja e o Estado. Estabeleceu-se, desde o primeiro momento, as raízes do que seria denominado Padroado Real, que veio a ser a subordinação da hierarquia católica como estrutura ativa do Estado. Repetindo o modelo reinante das metrópoles ibéricas, o Estado adotava as leis canônicas como as leis da terra.

¹ Graduando do curso de História da UFRN.

Destarte, a Igreja absorvida nas estruturas burocráticas do Estado, passava a ser o braço atuante na manutenção da ordem social. Nascia, assim, uma cultura que perdurou durante todo os períodos colonial e imperial brasileiro.

A partir da observação de uma cultura conservadora, apresentou-se o desafio de conseguir entender os processos que atuaram para constituir esta cultura. A Igreja com suas normas de conduta moral, extremamente conservadoras, separava claramente as bipolaridades sociais, políticas, sexuais e raciais. Desta forma, buscava, assim, dividir os papéis que seu ordenamento moral ditava, servindo como modelo de controle social, estabelecendo de uma forma precisa, aquilo que ela considera certo ou errado delineando inequivocadamente as linhas divisórias que separam o comportamento em sociedade.

No Brasil, as duas instituições mais antigas e perenes da sociedade brasileira são respectivamente a Igreja Católica e o Exército, sendo estas as que possuem a permanência histórica que permitiu a manutenção da ordem com o intuito de se criar um ambiente de estabilidade e continuidade histórica. O estudo das relações da Igreja Católica com o Estado é de vital importância para se entender os mecanismos que atuaram historicamente na formação de uma identidade brasileira.

O estabelecimento no Brasil do Estado secular a partir da constituição republicana de 1891 e da conseqüente perda do patronato, levou a uma nova situação para a Igreja Católica que procurou uma forma de reaproximação com o Estado, buscando retomar o papel de orientador espiritual e mantenedor da ordem social. Desta forma, durante os anos que antecederam a Revolução de 1930, a Igreja Católica continuou atuante, tendo conseguido inserir o ensino religioso em todas as constituições entre 1890 e 1937. A Constituição de 1934, segundo Freitas (1999:40), “[...] tornou evidente o poder de influência política da inteligência católica brasileira na República ainda recém-nascida. [...] recolocou, na pauta política, a associação entre os interesses da corporação com os da nação”.

As relações entre o Estado e a Igreja começaram a entrar em crise já no final do Brasil imperial quando diversos prelados brasileiros, inspirados pelo Concílio de Trento, em que se dava ênfase a uma autonomia da Igreja em relação ao poder civil, iniciaram um conflito com o imperador, que veio a ser denominado Questão Religiosa. Tal episódio foi marcado pela rebelião de dois bispos em não atender à ordem monárquica de não excomungar os devotos que fossem filiados à maçonaria, assinalando uma radicalização do discurso conservador, principalmente no Norte e

Nordeste do Brasil, tendo em vista que os bispos que lideraram o movimento eram bispos de Olinda e de Belém. Deve-se entender a importância desta rebelião a partir do entendimento do caráter doutrinário que inspirava o mesmo, ou seja, o Ultramontanismo, um movimento religioso iniciado na França que objetivava retomar diversos aspectos do sacramento católico tradicional e afetava diretamente os clérigos brasileiros, principalmente o caráter laico da devoção dos católicos locais. Isto diluía sobremaneira a autoridade dos prelados, pois em muitos casos, como o do Padre Cícero no Ceará e do Círio de Nazareth em Belém, as homilias e procissões eram conduzidas à parte e em detrimento da vontade das autoridades religiosas locais.

Desta forma, houve uma forte reação da alta hierarquia da Igreja, pois havia ainda a penetração do protestantismo, da maçonaria e de outras manifestações heréticas, consideradas intoleráveis pela cúpula religiosa. O poder do papado encontrava no Padroado forte barreira que impedia uma intervenção mais direta, com os bispos sendo nomeados pelo imperador e não pelo Papa, onde o alinhamento político destes religiosos se dava à revelia do Vaticano. Desta maneira, surgiu um discurso ainda mais conservador que apareceu em uma época de grande crise social e religiosa do império.

Com o fim do Império e o advento do Estado laico, a Igreja Católica entrou em uma profunda crise financeira e doutrinária, dado que toda a sua formação fora orientada a servir-se do Estado. Durante o período da Velha República a Igreja passou de um grande ressentimento pelo afastamento da estrutura do Estado, a uma busca de reaproximação com o mesmo, no intuito de cumprir seu papel inicial, ou seja, de mantenedor da ordem e do controle social. O chamado período de Neocristandade que tem como grande marca a fundação do jornal "A Ordem" e do Centro Dom Vital, iniciou uma fase de ativismo político da Igreja que culminou com a Revolução de 30 e com a reinserção da Igreja no Estado. A década de 30 marca importantes conquistas para a Igreja, onde foi restabelecido o ensino religioso, o subsídio à educação religiosa e a grande afinidade de intelectuais católicos com os ideólogos da Revolução, destacando-se a cumplicidade entre Getúlio Vargas e o bispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, que mantinham estreita afinidade. Entre as identidades comuns existiu uma forte perseguição ao movimento comunista, percebível nos fortes discursos proferidos contra esta ideologia.

O período compreendido entre 1937-1945 delimita na história brasileira um período marcado pelo advento do Estado Novo, o qual apresentava-se como renovador de práticas culturais que buscava reformar a ordem social. Ocorreram grandes conflitos neste período sinalizados pelo declínio da democracia liberal em plena depressão econômica e o embate em nível global das ideologias extremistas, representados por um lado pelo comunismo apoiado pelos soviéticos e, do outro, pelo nazi-fascismo representado pela Alemanha e Itália. À semelhança do que acontecia em escala global, tal confronto se repetiu no Brasil entre partidários do Partido Comunista do Brasil e do Movimento Integralista.

Abalada pela queda da monarquia e conseqüentemente pela perda de seu *status quo*, a Igreja Católica adotou, durante o período do Estado Novo, forte discurso anticomunista. Desta forma, alinou-se com as partes mais conservadoras da política brasileira, identificando-se assim, com diversos aspectos do discurso integralista durante o advento da chamada Era Vargas, além da forte assimilação de elementos fascistas, em especial sua versão no Brasil, o Integralismo. Este exerceu grande influência entre alguns clérigos, a ponto de jornais arquidiocesanos embasarem e reverberarem os discursos da Igreja Católica e, para tanto, adotou forte discurso anticomunista visando, também, atender às orientações das encíclicas *Syllabus* e *Rerum Novarum*. Estas serviram de pano de fundo para o repúdio à expansão da influência das ideologias de cunho socialista e em especial o comunismo, que possuía forte retórica anti-religião.

Para a realização do estudo em questão foi feito um levantamento de uma literatura temática, onde foram destacadas as obras dos autores Boris Fausto, Edgard Carone, Gilberto Freyre, Marcos Cezar de Freitas, Leôncio Basbaum, Giovanni Levi, José Oscar Beozzo, Riolando Azzi, Scott Mainwaring, Thomas Skidmore, dentre outros. O levantamento historiográfico procurou abordar os aspectos mais importantes do discurso anticomunista da Igreja Católica entre a década de 1937-1945, apoiando-se em Michel Foucault (2006) e sua análise do discurso. Procurou-se também, observar os procedimentos e controle de delimitação deste, que funcionou como estratégia para reforçar o papel da instituição religiosa como um dos pilares do regime de Getúlio Vargas. Ficaram ressaltadas suas características conservadoras e a abordagem metodológica que foram utilizadas e apresentadas em forma da narrativa da micro-história, definida por Levi (1992:133),

como “essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas”.

A consonância entre os discursos da Igreja Católica e do Estado Novo pode ser observada na medida em que se analisa aspectos sócio-políticos do período, onde estas instituições atacavam o comunismo e abraçavam as orientações de cunho fascista - no Brasil representado pelo Integralismo. Refugiados judeus, fugindo da perseguição nazista e buscando asilo no Brasil, tinham que se declarar cristãos e portar passaporte emitido pelo Vaticano (BASBAUM, 1976), num velado apoio ao anti-semitismo. Basbaum (1976:116), prossegue afirmando que “O Estado Novo, fascista em essência, sentia-se seguro [...]. O nazi-fascismo era o futuro do mundo. [...] O anti-semitismo, uma das faces atrás das quais se escondia o nazismo – que era, em última análise uma nova forma de domínio capitalista num mundo ameaçado pela subversão social, chegou a penetrar no Brasil onde jamais se manifestara”.

A colaboração entre o Estado Novo e a Igreja também é mencionada por Boris Fausto (2000), que cita a inauguração da estátua do Cristo Redentor no morro do Corcovado na cidade do Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1931, que contou com a participação de Getúlio Vargas e todo o seu ministério, assim como a população católica levada pela Igreja, na figura do Cardeal Leme para apoiar o novo governo. Em troca, Vargas estabeleceu um decreto no mesmo ano, permitindo o ensino religioso nas escolas públicas.

Scott Mainwaring (2004:11) faz uma análise da Igreja Católica inserida na política da América Latina e confirma a tendência destas instituições em manter laços estreitos, fundindo fé e política, ao afirmar que “Muitas figuras históricas importantes do século XIX eram padres e durante os anos de domínio da Igreja da neocristandade, clérigos destacados cultivaram amizades com políticos com o fito de extrair favores do Estado. Aqueles religiosos formaram uma liga eleitoral para dizer aos católicos como deveriam votar e assim vieram a participar do movimento integralista de direita”.

O Brasil à época do Estado Novo é retratado também por Skidmore (1982), que trata da Era de Getúlio Vargas no período dentre 1930-1945, oferecendo um cenário do Brasil à época, assim como os acordos e atuação da Igreja Católica. Conforme Carone (1977), o Estado Novo foi um período caracterizado por uma política de cúpulas e por um conservadorismo elitista antiliberal e que conquistava

sociais eram permitidas desde que pudessem ser controladas pelo Estado. Desta forma, a Igreja Católica exerceu um papel atuante na contribuição da manutenção da ordem social. Freyre (1987) afirma que clérigos, confirmando o papel da Igreja como parceira na manutenção da ordem social, doutrinavam os escravos a aceitarem sua condição submissa como desígnio divino. De uma forma nada sutil, o clero servia como conselheiro espiritual dos indivíduos, desprovidos de qualquer condição humana, equiparados a pouco mais do que objetos, tratados como animais e explorados como mão-de-obra. Chegou a haver alguma dissensão interna aonde alguns religiosos chegaram a abraçar a causa abolicionista, mas a ação da cúpula da Igreja era de afastar elementos que não se identificassem com a doutrina conservadora e adesista.

Finalmente Beozzo (1995), faz um balanço das relações da Igreja Católica e Estado Vargasista, em que a Igreja articulou-se para eleger os constituintes de 1933, que introduziram, na Constituição de 1934, os principais ideais católicos na lei maior do país. Analisa ainda como se estreitam as relações entre a Igreja e o Estado, a ponto destas incorporarem o discurso anticomunista.

A política antiliberal adotado pelo Governo de Vargas também prevalece nas orientações da Igreja já a partir do Segundo Reinado, conforme Azzi (1992), que por sua vez fortaleceu sua postura conservadora e reacionária, e que fez oposição à burguesia, assim como seu crescimento no Brasil.

As ideologias dos principais movimentos socialistas que embasarão este trabalho serão oferecidas por Châtelet, Duhamel e Pisier-Kouchner, autores de História das Idéias Políticas, que apresenta as principais doutrinas que serviram para fundamentar o pensamento político ao longo do tempo especialmente as doutrinas do comunismo, do fascismo e nazismo.

No que se refere a metodologia, o estudo partirá da leitura das obras citadas, complementadas por outras obras bibliográficas, artigos e demais estudos sobre o assunto, para que tenhamos não somente uma contextualização histórica, mas também argumentos para fundamentar a análise que será feita no desenvolver do trabalho. Nesse caso é de fundamental importância a discussão das ideologias do período em questão, consideradas como fundamentais para o desenvolvimento das questões do estudo que busca respostas através da pesquisa.

O ensaio visa ainda, analisar o discurso anticomunista da Igreja Católica; definir os principais dogmas que conduziram ao estreitamento das relações entre

esta instituição e o Estado; definir os mecanismos de ação do conservadorismo da Igreja Católica no período do Estado Novo, em particular aqueles de teor anticomunista e integralista, assim como esclarecer o limite entre as metas específicas da Igreja e, quando ou se, estas se fundem com os objetivos do Estado.

Pretende-se, também, identificar no discurso anticomunista os elementos comuns aos discursos do Estado e da Igreja, buscando sua interação e complementaridade. Finalmente, buscou-se analisar as identidades deste discurso, tanto pelos conflitos de duas ideologias totalitárias, o comunismo e o nazi-fascismo, quanto pelas ações da Igreja Católica, ocorridas nos períodos subseqüentes às grandes crises políticas da época, e as rearticulações do discurso conservador desta Instituição. Com isso esperamos estar contribuindo para o desenvolvimento da historiografia sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. **O altar unido ao trono: um projeto conservador.** História do pensamento católico no Brasil. v.3. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República.** 3^o vol. 4^a ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org). **História da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano – Economia e Cultura (1930-1964).** t. III, v.4 – 3^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BURNS, Edward Mcnall; LERNER, Robert E.; MEACHEM, Standish. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais.** vol. 1. 44^a ed. – São Paulo: Globo, 2005.

_____. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais.** vol. 2. 43^a ed. – São Paulo: Globo, 2005.

CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. **O anti-semitismo na Era Vargas: fantasma de uma geração: (1930-1945).** 2^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CARONE, Edgard. **A República Velha. II** evolução política (1889-1930). 4^a ed. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **O Estado Novo (1937-1945).** Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das Idéias Políticas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

CORNWELL, John. **O papa de Hitler: A história secreta de Pio XII.** 2^a ed. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas.** 4a ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1976. p. 71-118

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 8^a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 14^a ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Da micro-história à história das idéias.** São Paulo: Cortez, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** 26^a ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

GILES, Thomas Ransom. **História da Educação.** São Paulo: EPU, 1987.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

HEIN, François. Constantino: imperador sob o signo da cruz. **História Viva**. São Paulo, ano III, n. 32, p. 22-27, jun. 2006.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. IN: BURKE, Peter (org). **A Escrita a história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade**: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII. Recife: UFPE, 2005 Tese de Doutorado

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MEDEIROS FILHO, João. **82 Horas de subversão** (Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte). Natal: IHGRN, 1980.

PIRES, Maria Idalina da C. **Guerra dos Bárbaros**: resistência indígena e conflitos no nordeste colonial. Recife: Fundape, 1990.

SOARES, Álvaro Teixeira. **O Marquês de Pombal**. Coleção Temas Brasileiros, v. 36 Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

SHUWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.